

ANEXO D (26)

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
DPC-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Rio de Janeiro – RJ, ABRIL/2013

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
DPC-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo, como Prestação de Contas Ordinárias e Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do Órgão de Controle Interno contidas na Circular nº 1/2013 da SGM.

Rio de Janeiro - RJ, ABRIL/2013

SUMÁRIO

	<u>Página</u>
Lista de Abreviações, Siglas e Símbolos	05
Lista de Ilustrações	06
Introdução	07
1.0 – Identificação e Atributos da Unidade Cujas Gestões Compõem o Relatório	09
1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	09
1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da UJ	10
1.3 – Organograma Funcional	11
1.4 – Macroprocessos Finalísticos	11
1.5 – Macroprocessos de Apoio	11
1.6 – Principais Parceiros	11
2.0 – Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações	12
2.1 – Planejamento de Ações da UJ	12
2.2 – Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	12
2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações	12
2.4 – Indicadores de Desempenho da Gestão	12
3.0 – Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	14
3.1 – Estrutura de Governança	14
3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	14
3.3 – Remuneração Paga a Administradores	14
3.4 – Sistema da Correição	14
3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2001 da CGU	14
4.0 – Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	14
4.1 – Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	14
4.1.1 – Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	14
4.1.2 – Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	15
4.1.3 – Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	15
4.1.4 – Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	15
4.1.5 – Informações sobre Ações de Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	15
4.1.6 – Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	16
4.2 – Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	16
4.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	16
4.2.2 – Programação de Despesas	16
4.2.3 – Movimentação de Créditos Interna e Externa	16
4.2.4 – Execução Orçamentária da Despesa	17
4.2.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários	17
4.2.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	17
4.2.4.3 – Demonstrativos dos Programas e Ações Governamentais Executados	17
4.2.4.4 – Análise Crítica	17
5.0 – Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	18
5.1 – Reconhecimento de Passivos	18
5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	18
5.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	18
5.2.2 – Análise Crítica	19
5.3 – Transferência de Recursos	20
5.4 – Suprimento de Fundos	20
5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ	20

5.6 – Gestão de Precatórios	20
6.0 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	20
7.0 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	20
8.0 – Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	21
9.0 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	21
10.0 – Conformidade e Tratamento de Disposições Legais Normativas	21
10.1 – Deliberações do TCU	21
10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	21
10.3 – Declarações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993	21
10.4 – Declarações de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	21
11.0 – Informações Contábeis	21
11.1 – Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	21
11.1.1 – Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	21
11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	21
11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	22
11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela na Lei nº 6.404/1976	22
11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais	22
11.6 – Parecer de Auditoria Independente	22
12.0 – Outras Informações Sobre a Gestão	22
12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão	22
Resultados e Conclusões	23
Lista de Anexos	24

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CCFDEPM	- Conselho Consultivo do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
CFC	- Conselho Federal de Contabilidade
CGU	- Controladoria-Geral da União
CIABA	- Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAGA	- Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CIAMA	- Centro de Instrução Almirante Átila Monteiro Aché
CM	- Comando da Marinha
CNAE	- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DGOM	- Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha
DFM	- Diretoria de Finanças da Marinha
DGN	- Diretoria Geral de Navegação
DPC	- Diretoria de Portos e Costas
DRU	- Desvinculação de Receita da União
EPM	- Ensino Profissional Marítimo
FDEPM	- Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
FEMAR	- Fundação de Estudos do Mar
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MB	- Marinha do Brasil
NBC	- Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	- Órgão de Controle Interno
OE	- Órgão de Execução
OM	- Organização Militar
OGMO	- Órgão Gestor de Mão-de-Obra
PPA	- Plano Plurianual
PREPOM	- Programa do Ensino Profissional Marítimo
RFB	- Receita Federal do Brasil
RG	- Relatório de Gestão
RP	- Restos a Pagar
SGM	- Secretaria-Geral da Marinha
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV	- Sistema de Convênio
SIORG	- Sistema Informações Organizacionais do Governo Federal
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
UG	- Unidade Gestora
UJ	- Unidade Jurisdicionada
UO	- Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS e ILUSTRAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela 1 – Organograma da estrutura organizacional da UJ e sua posição destacada na estrutura da MB	10
Tabela 2 – Organograma funcional	11

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo-FDEPM, foi elaborado de acordo com as instruções vigentes, e com o intuito de evidenciar os resultados obtidos no exercício.

A movimentação financeira e orçamentária foi apresentada por meio de diversos quadros demonstrativos, que contaram com indicadores ou parâmetros de gestão especialmente desenvolvidos para esse fim. Dessa forma, foi possível avaliar o desempenho da gestão.

No que se refere aos itens abordados neste Relatório de Gestão, alguns sub-itens relacionados ao planejamento e gestão orçamentária e financeira não se aplicam ao FDEPM e outros, apesar de aplicados a natureza dessa UJ, não possuem conteúdo a ser declarado neste exercício. São eles:

- I) itens que não se aplicam a realidade da UJ e seus respectivos motivos:
 - 2.4 – Indicadores de Desempenho de Gestão – Os indicadores relativos a UJ FDEPM estão sendo demonstrados no RG da UJ Agregadora DPC;
 - 3.0 – Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 4.1.1 – Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – as informações estão sendo demonstradas nas diversas UG do Comando da Marinha;
 - 4.1.2 – Informações Sobre os Objetivos Vinculados a Programas de Responsabilidade da UJ – as informações estão sendo demonstradas nas diversas UG do Comando da Marinha;
 - 4.1.3 – Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a programas Temáticos de Responsabilidade da UJ – as informações estão sendo demonstradas nas diversas UG do Comando da Marinha;
 - 4.1.5 – Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ – as informações estão sendo demonstradas nas diversas UG do Comando da Marinha;
 - 4.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ – a programação orçamentária está sendo demonstrada pela UJ DGOM;
 - 4.2.2 – Programação de Despesas - a programação orçamentária está sendo demonstrada pela UJ DGOM;
 - 4.2.3 – Movimentação de Créditos Interna e Externa – a programação orçamentária está sendo demonstrada nas diversas UG do Comando da Marinha;
 - 4.2.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários – as informações sobre a execução orçamentária dos créditos está sendo demonstrada pela UJ DGOM;
 - 4.2.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação – a UJ FDEPM não executa diretamente despesas;
 - 5.1 – Reconhecimento de Passivos – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 5.3 – Transferências de Recursos – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 5.4 – Suprimento de Fundos – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 5.6 – Gestão de Precatórios – não se aplicam a realidade da UJ FDEPM;
 - 6.0 – Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados – estas informações estão sendo demonstradas pela UJ DPC;
 - 7.0 – Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário – não se aplica a realidade da UJ FDEPM;

- 8.0 – Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento – não se aplica a UJ FDEPM. Tais informações estão demonstradas na UJ Agregadora DPC;
- 9.0 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental – não se aplica a UJ FDEPM. Tais informações estão demonstradas na UJ Agregadora DPC;
- 10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna - não se aplica a UJ FDEPM;
- 10.3 – Declarações de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8730/1993 - não se aplica a UJ FDEPM;
- 10.4 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV - não se aplica a UJ FDEPM;
- 11.1 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - não se aplica a UJ FDEPM;
- 11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 - não se aplica a UJ FDEPM;
- 11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 - não se aplica a UJ FDEPM - não se aplica a UJ FDEPM;
- 11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais - não se aplica a UJ FDEPM;

II) itens que, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não possuem conteúdo a serem declarados no exercício de referência:

- 10.1 – Deliberações do TCU e do Órgão de /controle Interno (OCI);
- 11.6 – Parecer da Auditoria Independente;

Dentre as realizações, destacam-se os incrementos realizados para aumentar o número de Oficiais formados anualmente para a Marinha Mercante, visando atender a solicitações da Comunidade Marítima decorrentes da demanda por profissionais nessa área de atuação, priorizando os cursos de nível superior. Também houve investimentos na ampliação dos Centros de Instrução para que, de forma gradativa, possamos modernizar o ensino e atender a crescente necessidade do mercado de trabalho.

Entretanto, diante das dificuldades originadas pelos limites financeiros impostos no início do exercício, concomitantemente com o cronograma de desembolso e o não preenchimento do número mínimo de vagas para determinados cursos, algumas turmas foram canceladas. Nesses aspectos, os cursos de nível médio sofreram maior impacto.

1.0 – IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

QUADRO 1.I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO DE UJ AGREGADA		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação:	Comando da Marinha – Ministério da Defesa	Código SIORG: 185 - 41066
Identificação da UJ		
Denominação completa: DPC – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO		
Denominação abreviada: DPC – FDEPM		
Código SIORG: 212	Código LOA: 52932	Código SIAFI: 52133
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundo	CNPJ: 00.394.502/0012-05	
Principal Atividade:	Defesa	Código CNAE: 8422-1/00
Telefones/Fax de Contato: 055 21 2104-5198 e 2104-5199 - Fax: 055 21 2104-5197		
Endereço Eletrônico: fdep@dpcc.mar.mil.br		
Endereço na Internet: http://www.dpc.mar.mil.br		
Endereço Postal: Rua Teófilo Otoni, nº 4 - Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20090-070		
Normas Relacionadas à UJ:		
Normas de criação e alteração da UJ		
O FDEPM foi instituído pelo Decreto-Lei nº 828, de 05 de setembro de 1969.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UJ		
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1993, que regulamenta o Decreto-Lei nº 828, de 05 de setembro de 1969, que instituiu o FDEPM.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ		
As seguintes Normas para o Ensino Profissional Marítimo Aquaviários, Portuários e Atividades Correlatas encontram-se divulgadas por meio eletrônico na página da Diretoria de Portos e Costas (DPC): <ul style="list-style-type: none">- Normas para o Ensino Profissional Marítimo – Aquaviários;- Normas para o Ensino Profissional Marítimo – Portuários e- Programa do Ensino Profissional Marítimo – PREPOM.		

Unidades Gestoras (UG) e Gestões relacionadas à UJ			
UG relacionadas à UJ			
Código SIAFI			Denominação
Órgão 52131	Órgão 52132	Órgão 52133	
---	---	852001	DPC – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
Gestões Relacionadas à UJ			
Código SIAFI			Denominação
Órgão 52131	Órgão 52132	Órgão 52133	
---	---	00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre UG e Gestões			
Código SIAFI da UG			Código SIAFI da Gestão
Órgão 52131	Órgão 52132	Órgão 52133	
---	---	852001	00001

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da UJ

Cabe à Marinha do Brasil (MB), por força do que dispõe a Lei Complementar 97/99, em seu artigo 17, orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa a defesa nacional. Para dar suporte financeiro e, com isso, atender a essa determinação legal, foi criado em 1969 o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM). A administração do FDEPM é exercida pelo Diretor de Portos e Costas através da estrutura orgânica da Diretoria de Portos e Costas, conforme estabelece o Decreto nº 968/93, que regulamenta o Decreto de criação.

Dessa forma, os recursos financeiros arrecadados para o FDEPM tem como objetivo estratégico cumprir uma das tarefas da MB, ou seja, destina-se a atender despesas com o desenvolvimento do ensino profissional marítimo, a cargo da Diretoria de Portos e Costas. Em síntese, foram programados 1442 cursos tendo sido realizados 1209. Cabe ressaltar que a principal diferença entre o programado e o realizado ocorreu por falta de preenchimento das vagas ou cancelamento dos cursos tendo como um dos motivos a dificuldade enfrentada pelos OGMO em razão dos procedimentos de gestão de convênios e contratos de repasse.

O organograma a seguir apresentado evidencia a estrutura organizacional da UJ e sua posição destacada dentro da estrutura da MB.

1.3 – Organograma Funcional

Abaixo encontra-se representado o Organograma com a estrutura funcional do FDEPM.



A Unidade Jurisdicionada Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM), apresenta estrutura concisa, mas ajustada para a execução de seus objetivos. Dispõe do Ordenador de Despesa, responsável pela Administração dos recursos, Agente Financeiro, que auxilia o Ordenador em suas decisões, um Contador, que aprecia as contas, realizando as conferências necessárias a uma correta gestão, além de dois operadores para lançamentos de dados no SIAFI, bem como os respectivos substitutos estabelecidos em normas específicas de administração financeira

1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Não se aplica.

1.5 – Macroprocessos de Apoio

Não se aplica.

1.6 – Principais Parceiros

Não se aplica.

2.0 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

2.1 – Planejamento das Ações da UJ

No decorrer do exercício de 2012, o FDEPM executou suas despesas utilizando-se dos seguintes Programas de Governo:

- 2058 – Política Nacional de Defesa e
- 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

No Programa 2058, que tem por objetivo adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima, as despesas executadas pelo FDEPM estão unicamente atreladas a Ação 2510 – Ensino Profissional Marítimo, que tem por iniciativa o desenvolvimento do EPM.

No Programa 2108, que tem por objetivo a gestão e manutenção do Ministério da Defesa, as despesas executadas pelo FDEPM estão unicamente atreladas a Ação 2000 – Administração da Unidade, que tem por iniciativa a agregação das despesas administrativas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

2.2 – Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Para o alcance de seus objetivos, são realizadas diversas atividades tais como: a contabilização dos recursos financeiros arrecadados; a previsão da receita para auxiliar na composição do orçamento anual; o suporte às Organizações Militares (OM) envolvidas com o Sistema de Ensino Profissional Marítimo; o atendimento das necessidades apresentadas pela Comunidade Marítima, dentre outras tarefas que se façam necessárias ao cumprimento da missão.

O Ensino Profissional Marítimo (EPM), de nível médio e superior, ocupa posição de destaque dentro do Programa executado pelo FDEPM. Isso porque abrange ações ligadas diretamente a sua atividade fim – o desenvolvimento do ensino profissional marítimo, por meio de cursos ministrados para os diversos seguimentos da Comunidade Marítima, Portuária e de Atividades Correlatas, pelos Centros de Instrução “Almirante Graça Aranha” (CIAGA), “Almirante Braz de Aguiar” (CIABA) e “Almirante Átila Monteiro Aché” (CIAMA), pelos Órgãos de Execução (OE) de ensino compostos pelas Capitânicas dos Portos, Delegacias e Agências, pela Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) e, ainda, por outras Organizações Militares e Civis que eventualmente realizam cursos subsidiados por este Fundo.

A UJ mantém constante observância dos procedimentos de controle interno que são divulgados pelas setoriais de controle contábil, orçamentário e de auditoria. Nesse aspecto, são elaborados demonstrativos mensais que, após analisados pelo Agente Financeiro e Ordenador de Despesas, são assinados e arquivados para posterior consulta pela setorial de auditoria.

2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações

A dotação orçamentária inicial para o FDEPM no valor de R\$ 149.153.575,00, foi fixada pela Lei nº 12.593 de 18/JAN/2012 (LOA/2012). Entretanto, ao final do exercício foram concedidos R\$ 13.500.000,00 de Crédito Suplementar e R\$ 2.719.783,00 de Crédito Extraordinário. Portanto, a Dotação Atualizada no exercício deste RG foi de R\$ 165.373.358,00.

A descentralização das dotações orçamentárias e suplementares do FDEPM é efetuada pela UG 872001 (DGOM – Sistema País), mediante a concessão de provisões às diversas Unidades Gestoras (UG) do Comando da Marinha.

A execução orçamentária da despesa processou-se de forma descentralizada, mediante concessões de cotas financeiras à UG 873001 (DFM – Sistema País), para esta conceder sub-repasses às diversas Unidades Gestoras do Comando da Marinha.

O resumo da execução orçamentária ocorrida no exercício de 2012 por Programas de Governo e Ações Orçamentárias encontra-se demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
	DESPESA EXECUTADA (Valores em R\$ 1,00)	%
PROGRAMA 2058 – Política Nacional de Defesa AÇÃO 2510 – Ensino Profissional Marítimo	R\$ 87.458.886,72	70,55
PROGRAMA 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa AÇÃO 2000 – Administração da Unidade	R\$ 36.516.179,03	29,45
T O T A L	R\$ 123.975.065,75	100

O total das Despesas Executadas (R\$ 123.975.065,75) correspondeu à 74,97% do total da Despesa Fixada Atualizada (R\$ 165.373.358,00). A Reserva de Contingência de R\$ 27.813.872,00 correspondeu à 16,82% da Despesa Fixada Atualizada.

No que tange à execução orçamentária da receita no exercício de 2012, o total das Receitas Arrecadadas foi de R\$ 196.660.097,80, correspondendo a 132,41% do total da Receita Prevista (R\$ 148.523.575,00). Com base neste superávit de arrecadação foram solicitados créditos adicionais para o exercício.

O resumo da receita arrecadada no exercício de 2012, por natureza, está demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO DAS RECEITAS ARRECADADAS POR NATUREZA		
NATUREZA DA RECEITA	VALOR (Valores em R\$ 1,00)	%
1.2.1.0.06.00 Contribuição para Desenvolvimento Ensino Profissional Marítimo	R\$ 127.183.718,23	64,672
1.2.2.0.18.00 Cota-Parte Adicional Frete para Renovação Marinha Mercante	R\$ 34.530.271,51	17,558
1.3.2.5.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 37.438.735,28	19,037
1.6.0.0.01.02 Serviços de Com. Livros, Periódicos, Material Escolar e Publicidade	R\$ 86.290,03	0,044
1.6.0.0.13.00 Serviços Administrativos	R\$ 21,28	0,000
1.6.0.0.16.00 Serviços Educacionais	R\$ 1.751.209,62	0,890
1.9.1.8.99.00 Outras Multas e Juros de Mora	R\$ 6.213,50	0,003
1.9.1.9.99.00 Outras Multas	R\$ 25.408,07	0,013
1.9.2.2.01.00 Restituições de Convênios	R\$ 84.271,88	0,043
1.9.2.2.07.00 Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores	R\$ 3.861,67	0,002
9.0.0.0.00.00 Deduções de Receita	- R\$ 4.449.903,27	-2,263
T O T A L	R\$ 196.660.097,80	100

As Receitas do FDEPM mais representativas foram:

- a) Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - correspondendo a 64,672% do total da Receita. É oriunda de contribuição (receitas arrecadadas pela RFB) pela prestação e serviços de navegação (serviços portuários), devida pelas empresas de navegação marítima, fluvial e lacustre, de dragagem e de administração e de exploração de portos,

sendo calculada sobre o salário de contribuição dos empregados, para custear o desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo;

- b) Remuneração de Depósitos Bancários – correspondendo a 19,037% do total da Receita. É oriunda de aplicações no mercado financeiro das disponibilidades de caixa; e
- c) Cota-Parte Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – correspondendo a 17,558% do total da Receita. É oriunda da contribuição incidente sobre o valor do frete cobrado no transporte de qualquer carga, por via marítima, fluvial ou lacustre.

A execução orçamentária tanto da Despesa quanto da Receita manteve-se coerente com o Orçamento aprovado para o exercício de 2012.

2.4 – Indicadores de Desempenho da Gestão

Não se aplica

3.0 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Estrutura de Governança

Não se aplica.

3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Esta UJ não possui Unidade de Controle Interno em sua estrutura.

3.3 – Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica.

3.4 – Sistema de Correição

Não se aplica.

3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2001 da CGU

Não se aplica.

4.0 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 – Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1 – Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.2 – Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.3 – Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.4 – Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação do Ação						
Código	2510					
Descrição	Ensino Profissional Marítimo					
Iniciativa	01ZY – Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo					
Unidade Responsável	DPC - FDEPM					
Unidade Orçamentária	52932 – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Valores em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
88.352.928,00	89.639.379,00	87.458.886,72	73.967.458,75	1.915.555,81	13.491.427,97	72.051.902,94
Metas do Exercício para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Formação e Capacitação de Marítimos	aluno capacitado		30.322	88.352.928,00	87.458.886,72

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Esta ação teve sua Dotação Inicial fixada na LOA/2012 no valor de R\$ 88.352.928,00. No decorrer do exercício deste RG, foram concedidos R\$ 1.286.451,00 em Dotação Extraordinária, o que implicou em uma Dotação Final de R\$ 89.639.379,00.

Foram empenhados R\$ 87.458.886,72 que correspondeu a 97,57% da Dotação Final, demonstrando a concretização na utilização dos recursos para o cumprimento das metas programadas.

Pode-se observar que, ao final do exercício, foram inscritos em Restos a Pagar a quantia de R\$ 15.406.983,78, correspondendo a 17,62% do total empenhado.

4.1.5 – Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

4.1.6 – Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação do Ação						
Código	2000					
Descrição	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Unidade Responsável	DPC - FDEPM					
Unidade Orçamentária	52932 – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (Valores em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.986.775,00	47.920.107,00	36.516.179,03	33.818.507,57	1.234.703,94	2.697.671,46	32.583.803,63
Metas do Exercício para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Não há.					

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

Esta ação teve sua Dotação Inicial fixada na LOA/2012 no valor de R\$ 32.986.775,00. No decorrer do exercício deste RG, foram concedidos R\$ 14.933.332,00 em Dotação Adicional onde R\$ 1.433.332,00 em Dotação Extraordinária e R\$ 13.500.000,00 em Dotação Suplementar, o que implicou em uma Dotação Final de R\$ 47.920.107,00.

Foram empenhados R\$ 36.516.179,03 que correspondeu a 76,20% da Dotação Final, demonstrando a utilização dos recursos para o cumprimento das metas programadas. A liberação de recursos orçamentários ao final exercício, principalmente em relação aos créditos adicionais, justifica o impedimento em se executar a totalidade da Dotação.

Pode-se observar que, ao final do exercício, foram inscritos em Restos a Pagar a quantia de R\$ 3.932.375,40, correspondendo a 10,77% do total empenhado.

4.2 – Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

A programação orçamentária do Órgão 52133 (FDEPM) está sendo demonstrada na UJ DGOM.

4.2.2 – Programação de Despesas

A programação de despesas do Órgão 52133 (FDEPM) está sendo demonstrada na UJ DGOM.

4.2.3 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

A programação orçamentária do Órgão 52133 (FDEPM) está sendo demonstrada nas diversas UG do Comando da Marinha.

4.2.4 – Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 – Execução da Despesa com Créditos Originários

A descentralização das dotações orçamentárias e suplementares são efetuadas pela DGOM, mediante a concessão de provisões às diversas UG do Comando da Marinha, e a execução orçamentária da despesa se realiza de forma descentralizada nas diversas UG do Comando da Marinha.

4.2.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A UJ não executa diretamente despesas (vide subitem 4.2.4.1).

4.2.4.3 – Demonstrativos dos Programas e Ações Governamentais Executados

QUADRO 4.2.4.3.I – DEMONSTRATIVO GERAL DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADOS (Valores em R\$ 1,00)		
Programa: 2058 – Política Nacional de Defesa		
Valor Total do Programa: R\$ 87.458.886,72		
Ação Orçamentária: 2510 – Ensino Profissional Marítimo		
Valor Total da Ação Orçamentária: R\$ 87.458,886,72		
Unidade Orçamentária		Valor
Código SIAFI	Nome	
52932	FDEPM	R\$ 87.458.886,72
Programa: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		
Valor Total do Programa: R\$ 36.516.179,03		
Ação Orçamentária: 2000 – Administração da Unidade		
Valor Total da Ação Orçamentária: R\$ 36.516.179,03		
Unidade Orçamentária		Valor
Código SIAFI	Nome	
52932	FDEPM	R\$ 36.516.179,03

QUADRO 4.2.4.3.II – DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADOS (Valores em R\$ 1,00)
O quadro encontra-se anexado ao RG (Anexo A).

4.2.4.4 – Análise Crítica

O quadro 4.2.4.3.II demonstra, de uma maneira sintética, a execução dos créditos recebidos no decorrer do exercício deste RG por programas e ações.

Na ação 2510 – Ensino Profissional Marítimo, vinculada ao programa 2058 – Política Nacional de Defesa, foram executados 99,94% dos Créditos Recebidos, o que demonstra uma excelente execução orçamentária diante do planejamento.

Na ação 2000 – Administração da Unidade, vinculada ao programa 2108 Programa de Gestão e manutenção do Ministério da Defesa, foram executados 79,17% dos Créditos Recebidos. Um dos motivos da não execução em sua integralidade foi devido aos créditos adicionais (suplementares e extraordinários) que somaram R\$ 14.933.332,00 recebidos ao final do exercício deste RG.

Considerando a totalidade dos Créditos Recebidos (R\$ 133.641.634,23), 92,77% foram executados no decorrer deste RG (R\$ 123.975.065,75). Portanto, podemos considerar excelente a execução orçamentária apresentada pelo FDEPM no exercício de 2012.

5.0 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 – Reconhecimento de Passivos

Não se aplica.

5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5.2.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Valores em R\$ 1,00)					
Restos a Pagar Processados					
UG	Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
885340	2010	R\$ 1.316,28	R\$ 1.316,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
889310	2010	R\$ 1.248,00	R\$ 224,00	R\$ 616,00	R\$ 408,00
Sub-total (I)	2010	R\$ 2.564,28	R\$ 1.540,28	R\$ 616,00	R\$ 408,00
853000	2011	R\$ 5.586,95	R\$ 0,00	R\$ 5.586,95	R\$ 0,00
871100	2011	R\$ 1.297,30	R\$ 0,00	R\$ 1.297,30	R\$ 0,00
881330	2011	R\$ 2.834,00	R\$ 318,75	R\$ 2.515,25	R\$ 0,00
881332	2011	R\$ 13.575,36	R\$ 0,00	R\$ 13.575,36	R\$ 0,00
881333	2011	R\$ 6.395,91	R\$ 0,00	R\$ 6.395,91	R\$ 0,00
882802	2011	R\$ 22.444,67	R\$ 0,00	R\$ 22.444,67	R\$ 0,00
885320	2011	R\$ 108.000,00	R\$ 0,00	R\$ 108.000,00	R\$ 0,00
885331	2011	R\$ 48.848,08	R\$ 4.519,76	R\$ 44.328,32	R\$ 0,00
885340	2011	R\$ 6.409,44	R\$ 6.409,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
886810	2011	R\$ 32.819,70	R\$ 0,00	R\$ 32.819,70	R\$ 0,00
887000	2011	R\$ 8.300,00	R\$ 0,00	R\$ 8.300,00	R\$ 0,00
887310	2011	R\$ 11.671,75	R\$ 0,00	R\$ 11.671,75	R\$ 0,00
888310	2011	R\$ 23.680,18	R\$ 1.517,00	R\$ 22.163,18	R\$ 0,00
888820	2011	R\$ 1.730,85	R\$ 0,00	R\$ 1.730,85	R\$ 0,00
889310	2011	R\$ 16.439,57	R\$ 64,00	R\$ 16.375,57	R\$ 0,00
889321	2011	R\$ 122,57	R\$ 122,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Sub-total (II)	2011	R\$ 310.156,33	R\$ 12.951,52	R\$ 297.204,81	R\$ 0,00
Total (I + II)		R\$ 312.720,61	R\$ 14.491,80	R\$ 297.820,81	R\$ 408,00

Restos a Pagar Não Processados					
UG	Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
862200	2010	R\$ 9.260,00	R\$ 9.260,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
871300	2010	R\$ 410.155,27	R\$ 0,00	R\$ 410.155,27	R\$ 0,00
Sub-total (I)	2010	R\$ 419.415,27	R\$ 9.260,00	R\$ 410.155,27	R\$ 0,00
841000	2011	R\$ 9.891,83	R\$ 0,00	R\$ 9.891,83	R\$ 0,00
851212	2011	R\$ 5.178,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.178,33
871100	2011	R\$ 43.947,62	R\$ 0,00	R\$ 43.947,62	R\$ 0,00
871300	2011	R\$ 4.164.183,52	R\$ 73.611,66	R\$ 3.616.204,65	R\$ 474.367,21
882330	2011	22.862,24	R\$ 0,00	R\$ 22.862,24	R\$ 0,00
882802	2011	1.287.709,10	R\$ 3.275,09	R\$ 1.284.434,01	R\$ 0,00
883601	2011	R\$ 152.000,00	R\$ 0,00	R\$ 152.000,00	R\$ 0,00
883602	2011	R\$ 60.843,00	R\$ 0,00	R\$ 60.843,00	R\$ 0,00
883810	2011	R\$ 1.289,00	R\$ 0,00	R\$ 1.289,00	R\$ 0,00
885340	2011	R\$ 67.749,28	R\$ 0,00	R\$ 67.749,28	R\$ 0,00
885810	2011	R\$ 40.261,83	R\$ 788,98	R\$ 39.472,85	R\$ 0,00
886810	2011	R\$ 6.441,86	R\$ 0,00	R\$ 6.441,86	R\$ 0,00
887000	2011	R\$ 150.344,59	R\$ 11.624,24	R\$ 138.720,35	R\$ 0,00
888310	2011	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
888820	2011	R\$ 52.129,76	R\$ 20,00	R\$ 50.834,70	R\$ 1.275,06
889310	2011	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
891901	2011	R\$ 74.500,00	R\$ 0,00	R\$ 74.500,00	R\$ 0,00
Sub-total (II)	2011	R\$ 6.292.331,96	R\$ 92.319,97	R\$ 5.719.191,39	R\$ 480.820,60
Total (I + II)		R\$ 6.711.747,23	R\$ 101.579,97	R\$ 6.129.346,66	R\$ 480.820,60

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

5.2.2 – Análise Crítica

Os RP Processados inscritos ao final de 2010, cujo pagamento não ocorreu em sua totalidade no decorrer do exercício de 2011, tiveram seus saldos transportados para serem pagos no decorrer do exercício deste RG. Podemos observar que diante do montante inscrito (R\$ 2.564,28), 24,02% foi pago e 60,07% foi cancelado. O saldo que passou para ser pago no exercício de 2013 (R\$ 408,00) correspondeu à 15,91% do montante inscrito.

Os RP Processados inscritos ao final de 2011 (R\$ 310.156,33), 95,82% foi pago no exercício deste RG e apenas 4,18% (R\$ 12.951,52) foi cancelado, não passando resíduo de empenho de 2010 para ser pago no próximo exercício (2013). Os principais motivos dos cancelamentos dos RP Processados foram:

- não execução / fornecimento do material e
- domicílio bancário do credor inexistente.

No que diz respeito aos RP Não Processados inscritos ao final de 2010, cujo pagamento não ocorreu em sua totalidade no decorrer do exercício de 2011, tiveram seus saldos transportados, no montante de R\$ 419.415,27, para serem pagos no decorrer do exercício deste RG. Durante o exercício de 2012, 97,79% (R\$ 410.155,27) do montante inscrito foi pago e 2,21% (R\$ 9.260,00) foi cancelado em virtude da não execução / fornecimento do material; não passando resíduo de empenho de 2010 para ser pago no próximo exercício (2013).

No que se refere aos RP Não Processados inscritos ao final de 2011 (R\$ 6.292.331,96), 90,89% (R\$ 5.719.191,39) foi pago no exercício deste RG e apenas 1,47% (R\$ 92.319,97) foi cancelado em sua maioria em virtude da não execução / fornecimento do material. O saldo que passou para ser pago no exercício de 2013 (R\$ 480.820,60) correspondeu à 7,64% do montante inscrito.

O montante utilizado para pagamento de RP (Processados e Não-Processados) de exercícios anteriores correspondeu a R\$ 6,43 milhões. Tal quantia equivaleu a 5,18% quando comparada ao valor total das despesas empenhadas no decorrer do exercício de 2012 (LOA/2012).

5.3 – Transferências de Recursos

Não se aplica.

5.4 – Suprimento de Fundos

Não se aplica.

5.5 – Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica.

5.6 – Gestão de Precatórios

Não se aplica.

6.0 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Não se aplica.

7.0 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

8.0 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Não se aplica.

9.0 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Não se aplica.

10.0 – CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 – Deliberações do TCU e do OCI

Esta UJ não recebeu determinação do TCU ou do Órgão de Controle Interno (OCI) no exercício.

10.2 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não se aplica.

10.3 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993

Não se aplica.

10.4 – Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Não se aplica.

11.0 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 – Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 – Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica.

11.2 – Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

A Declaração Plena do Contador acerca dos demonstrativos contábeis constantes do SIAFI encontra-se anexada ao RG (Anexo B).

11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica.

11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica.

11.6 – Parecer da Auditoria Independente

Não há informações para este sub-item.

12.0 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes para Demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão

O Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM), elaborado anualmente pela Diretoria de Portos e Costas, procura atender as necessidades da Comunidade Marítima, Fluvial e Portuária, no que tange a das continuidade ao processo de formação profissional do pessoal aquaviário e portuário em todo o território nacional.

No exercício de 2012 foram ministrados 1209 cursos para a Comunidade Marítima, Portuária e de Atividades Correlatas com recursos do FDEPM.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O FDEPM possui arrecadação para fazer frente a crescente demanda de pessoal para a Marinha Mercante Brasileira, na qual se destaca a procura na Navegação de Apoio Marítimo (OFFSHORE). Neste aspecto ressalta-se que esta demanda continuará crescente, seja pelo incremento na construção de navios, seja pelo incentivo do Governo Federal ao setor marítimo/portuário, como também pela Resolução Normativa nº 72/2006 do Conselho Nacional de Imigração, que estabelece a obrigatoriedade da contratação de marítimos e outros profissionais brasileiros, quando embarcações ou plataformas estrangeiras operarem em águas jurisdicionais brasileiras, por prazo superior a noventa dias contínuos. Para atender as necessidades decorrentes desta demanda, estão sendo investidos recursos na modernização e desenvolvimento dos acessórios de ensino, tais como simuladores e laboratórios, priorizando os cursos superiores, onde projeta-se a maior demanda.

Para o exercício deste RG, as dificuldades apresentadas foram: o contingenciamento de R\$ 27.813.872,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e treze mil, oitocentos e setenta e dois reais), apresentado na LOA/2012 e a Desvinculação de Receitas da União – DRU no montante de R\$ 25.427.973,31 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e um centavos), que correspondem a 20% da arrecadação bruta da receita de Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FR 176).

Rio de Janeiro (RJ), 18 de abril de 2013.

CLAUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

Vice-Almirante

DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ

LISTA DE ANEXOS

	Páginas
ANEXO A – Quadro 4.2.4.3.II – Demonstrativo Detalhado dos Programas e Ações Governamentais Executados	25
ANEXO B – Declaração plena do contador acerca dos demonstrativos contábeis constantes do SIAFI	26

QUADRO 4.2.4.3.II – DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS PROGRAMAS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS EXECUTADOS (Valores em R\$ 1,00)							
Órgão						Código(s) SIAFI	
Comando da Marinha – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo						52133	
Detalhamento	Crédito Recebido	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada / Crédito Recebido	Despesa Liquidada	RP Não Processados	% do RP Não Processados / Despesa Empenhada	
Programa: 2058 – Política Nacional de Defesa							
Ação Orçamentária	2510 – Ensino Profissional Marítimo	R\$ 87.515.760,60	R\$ 87.458.886,72	99,94%	R\$ 73.967.458,75	R\$ 13.491.427,97	15,43%
Programa: 2108 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							
Ação Orçamentária	2000 – Administração da Unidade	R\$ 46.125.873,63	R\$ 36.516.179,03	79,17%	R\$ 33.818.507,57	R\$ 2.697.671,46	7,39%
T o t a l		R\$ 133.641.634,23	R\$ 123.975.065,75	92,77%	R\$ 107.785.966,32	R\$ 16.189.099,43	13,06%
Observações: a) Foi considerado como Crédito Recebido o somatório dos Empenhos Emitidos com os Créditos Disponíveis; e b) Na coluna “Crédito Recebido” não foi considerado o valor referente à Reserva de Contingência (R\$ 27.813.872,00).							

Fonte: SIAFI e SIAFI Gerencial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
UJ			
DPC – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos na Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada abaixo relacionada:</p> <p>DPC – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo 52133</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro (RJ)	Data	18/FEV/2013
Contador Responsável	<u>LILIANE DOS SANTOS MARQUES</u> Suboficial (RM1-CL)	CRC nº	RJ 042991/O-0